



## A nova Idade Média e o fim da ciência: resistir ou sucumbir

Vivemos um momento de ruptura histórica no país. A polarização eleitoral levou parte da população brasileira à beira de um precipício, estamos a um passo da tragédia. As propostas de corte fascista representadas por uma das candidaturas explicita a versão mais violenta da elite brasileira. O que significa um retrocesso de 40 anos na história do Brasil.

Estamos na iminência de um Estado totalitário, no sentido de a própria classe trabalhadora – frustrada por um período de políticas centradas no endividamento – apoiar um candidato que prega abertamente a homofobia, o racismo, o estupro, a privatização de boa parte dos serviços públicos, o fim da estabilidade para nós da Rede Federal de Educação.

O mais inacreditável é a visão messiânica e obscurantista do possível presidente, pois um dos seus generais, dispostos a contribuir com a área educacional, apresenta uma perspectiva medieval da escola. Em entrevista à Folha de São Paulo, ele respondeu dessa forma sobre o criacionismo:

*“Isso que eu saiba não está errado. (...) Se a pessoa acredita em Deus e tem o seu posicionamento, não cabe à escola querer alterar esse tipo de coisa, que é o que as escolas orientadas ideologicamente querem fazer, mudar a opinião que a criança traz de casa. Cabe citar o criacionismo, o darwinismo, mas não cabe querer tratar que criacionismo não existe.”*

Esse tipo de pensamento representará o fim da ciência como pressuposto escolar, ou seja, é realmente um retorno não só de 40, mas de 400 anos na história da humanidade.

Para além disso, ainda há a posposta de Educação a

Distância (EaD) desde o ensino fundamental. Ora, isso é uma desculpa para não investir em educação e poder enviar mais verbas aos bancos de seu futuro ministro, o ultraliberal Paulo Guedes.

Mas o futuro não está escrito, ainda é tempo de lutar e resistir! E isso precisa acontecer em cada escola, em cada local de moradia. Até porque o governo Temer não está parado. Ele emitiu o decreto 9527, de 15 de outubro de 2018, o qual centraliza todas as forças de segurança para “combater o crime organizado”. Isto nada mais é do que a preparação para o uso da repressão em caso de mobilizações e greves dos trabalhadores, que terão que lutar para manter os seus direitos. A democracia burguesa funciona assim, quando pode convencer usa do diálogo, quando acaba a paciência do trabalhador com a exploração, ela usa da repressão e da violência mais pesada. Tal medida tenta surfar na onda de propaganda pelo uso indiscriminado da força para resolver conflitos, o uso de armas, do ódio contra o pobre como pecado original. Infelizmente, isso já aconteceu na história do século XX, quando surgiu o nazifascismo.

Os tempos são de preparação da resistência árdua e firme em cada canto do Brasil.

Para isso reafirmamos a necessidade dos atos em defesa dos serviços públicos do Dia Nacional de Lutas de 24 de outubro (próxima quarta-feira) e de assembleias nas bases que discutam a conjuntura atual e enviem representantes à 156ª PLENA – que ocorrerá em Brasília-DF, de 9 a 11 de novembro.

**SINASEFE: 30 anos na luta  
por direitos e contra o totalitarismo!**

# Fim das carreiras do EBTT, do PCCTAE e do incentivo à qualificação

Entre as medidas estudadas pela equipe econômica de Temer para tentar evitar o descumprimento do teto de gastos (EC 95) em 2019, uma das principais é resgatar o projeto de reestruturação das carreiras do funcionalismo federal, conhecido como carreirão.

Segundo o Ministro do Planejamento, Esteves Colnago, o objetivo desse projeto é reduzir os salários iniciais dos servidores do Executivo, projeto esse encaminhado para análise da Casa Civil do próximo governo – esta informação foi passada ao SINASEFE na reunião com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) realizada em 19 de abril deste ano.

Alegando discrepâncias entre as remunerações dos cargos públicos e os salários de profissionais da iniciativa privada, o governo propõe a redução do piso remuneratório (remuneração de entrada) de diversos cargos do Poder Executivo Federal. Fica claro o desconhecimento das competências, atribuições e responsabilidades de um servidor público pela parte do próprio governo.

Não é possível a simples comparação pela formação acadêmica. As atribuições de profissionais do setor privado, como economistas, administradores e contadores, citados na apresentação governamental, em nada têm a ver com as de um servidor público, ainda que com essas mesmas formações acadêmicas

como exigência para participação em concurso público, ocupante de um cargo de especialista em políticas públicas



e gestão governamental, ou de auditor-fiscal da Receita Federal, por exemplo. Ou ainda um bacharel em direito que não pode ser simplesmente comparado a um advogado da União, ou outro cargo da área jurídica pública.

Na apresentação feita pelo MPDG podemos observar algumas questões, a saber:

- A proposta de remuneração de entrada seria de R\$ 5.000,00 para qualquer cargo de nível superior e de R\$ 2.800,00 para cargos de nível intermediário;
- Ampliação para trinta padrões da estrutura de tabela remuneratória, composta de sete

classes, para todos os cargos do Executivo Federal;

- Possibilidade de unificação de todos os cargos de perfil administrativo dos diversos planos e carreiras em uma única estrutura.

Durante o estágio probatório (três anos):

- Congelamento salarial, impedindo a correta avaliação progressiva e o estímulo ao desenvolvimento do servidor durante o período inicial de sua carreira;
- Possibilidade de somatório de vencimento básico com gratificações na definição da remuneração de ingresso (R\$ 5.000,00/NS e R\$ 2.800,00/NI), além da possibilidade de não consideração de títulos (mestrado e doutorado, por exemplo) durante esse período.

Avaliando todas as propostas do governo, percebe-se a completa falta de compreensão das atividades de atendimento aos interesses públicos. Ou seja, ele só quer economizar em prestação de serviços como saúde e educação para destinar ainda mais recursos aos banqueiros e empresários que mamam nas taxas de juros do governo!

**Não deixaremos que acabem com as carreiras dos trabalhadores da educação: avançar nas conquistas e nenhum direito a menos!**

# CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ABRE CONSULTA SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

A educação brasileira está passando por grandes mudanças legais. Depois da Lei do Novo Ensino Médio (Reforma do Ensino Médio), se faz necessário as adequações na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Essa última está com uma consulta pública aberta no site do Ministério da Educação (MEC).

A proposta inicial do Conselho Nacional de Educação (CNE) é absolutamente totalitária. Sem discutir com as entidades representativas e sem conversar com os gestores, o Conselho apresentou um documento-síntese que destrutura absolutamente toda a atual forma curricular nacional. Com a justificativa de modernizar, na verdade está adequando a totalidade da escola média brasileira aos arranjos econômicos locais, os quais poderão ficar responsáveis pelos “itinerários formativos”.

Para a educação profissional isso é ainda mais grave. Devido ao formato da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), os cursos ficarão mais uma vez nas mãos do mercado, e não das reais necessidades da população.

Os conteúdos ficam cada vez mais restritos: assim como na BNCC, apenas matemática e português precisam ser ofertados em todos os anos, e todas as outras áreas de conhecimento são diluídas nos itinerários formativos, o que pode significar a completa ignorância de saberes civilizatórios mínimos aos nossos jovens.

Isso tudo não é por acaso, as grandes corporações de educação, com os olhos nesse mercado, querem que as escolas públicas ofereçam o mínimo possível, para que elas possam se fartar com os lucros advindos desse nicho de mercado.

Nós, educadores comprometidos com uma visão emancipatória de escola, precisamos nos contrapor a esse projeto privatista e elitista de educação básica. Para tanto, é fundamental que entremos no site da consulta pública ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)) e façamos as observações necessárias para demonstrar nosso descontentamento com o método e o conteúdo da proposta do CNE.



## Expediente

Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Plantonistas responsáveis: Aliomar da Silva (Pasta dos TAEs), Ricardo Velho (Coordenação Geral) e Weliton Rosário (Suplente da DN)

Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres

Edição e revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Flávia Destri Garcia

Contatos: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br) e [imprensa@sinasefe.org.br](mailto:imprensa@sinasefe.org.br)

Acesse nosso site: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)

Fale com o Sinasefe  
Fone:  
(61)

21924050



## Filiado à

